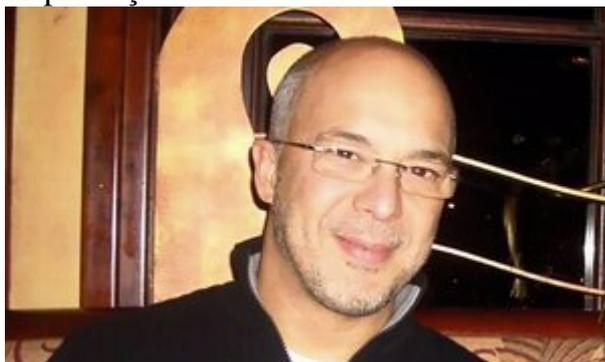


Justiça determina prisão de “Rei Arthur” e afastamento de delegado

A 1ª Vara Especializada do Rio de Janeiro ordenou a prisão preventiva do empresário Arthur Soares, conhecido como Rei Arthur, e o afastamento do delegado Ângelo Ribeiro de Almeida Junior da Polícia Civil e da Assembleia Legislativa do Rio, onde exercia cargo de assessoramento desde 2008. Ambos são acusados de corrupção e lavagem de dinheiro.

Reprodução



Arthur Soares é acusado de ter pago propina a delegado em troca de proteção em inquéritos tributários Reprodução

O juízo aceitou denúncia do Ministério Público e determinou a expedição de ofício à Interpol solicitando a extradição do Rei Arthur, que cumpre prisão administrativa nos Estados Unidos e tem audiência marcada para esta sexta-feira (13/5).

Entenda o caso

Segundo o MP-RJ, o Rei Arthur pagou propina ao delegado em troca de proteção em inquéritos tributários da Delegacia Fazendária, quando o órgão era comandado por Ângelo Ribeiro.

A promotoria afirma que, a fim de ser beneficiado em inquéritos policiais que tramitavam na Delegacia Fazendária e eram relacionados a empresas das quais era sócio ou tinha interesse, o Rei Arthur transferiu R\$ 2 milhões para que o delegado e sua mulher adquirissem a franquia do restaurante L'Entrecôte de Paris, em Ipanema, zona sul do Rio. A transferência foi feita em agosto de 2014.

Para tanto, os dois simularam um contrato de mútuo. Diversas versões do acordo simulado foram encontradas no decorrer da investigação, de acordo com o MP. O órgão afirma que o documento foi utilizado para encobrir a propina negociada, de forma que os interesses do empresário fossem atendidos sem interferência dos inquéritos tributários.

O delegado Ângelo Ribeiro esteve lotado na delegacia entre 2008 e 2015, “quando apurados diversos indícios de enriquecimento ilícito, com uma abrupta mudança de seu padrão de vida”, destaca o MP.

“No período, inquéritos relacionados a Arthur Soares tramitavam durante anos, sem terem sido concluídos. Posteriormente, Ângelo foi cedido à Alerj, por meio do então deputado Jorge Picciani, para atuar na presidência, e depois esteve nomeado para exercer consultoria orçamentária e financeira da casa



legislativa, onde se encontra atualmente lotado”.

A investigação teve início em 2018 a partir de procedimento investigatório criminal no próprio MP-RJ, em parceria com a extinta Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de estado de Segurança, mas sofreu declínio de atribuição ao Ministério Público Federal após sua instauração e primeiras diligências.

A partir de decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, o PIC retornou ao MP-RJ, com o compartilhamento de provas obtidas no âmbito federal.

Também foram denunciadas a mulher do policial, Renata Andriola de Almeida, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, e Eliane Pereira Cavalcante e Claudio de Albuquerque Haidamus, por corrupção ativa e lavagem de dinheiro. *Com informações da Assessoria de Imprensa do MP-RJ*

Date Created

12/05/2022